

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013/2012 ( CONTINUAÇÃO)

(Valores expressos em milhares de Reais)

O controle dos saldos que compõem a base de Provisões para Créditos em Liquidação, encerrou o exercício de 2013 com a composição demonstrada a seguir:

Base das Diferenças Temporárias	Saldo 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2013	Crédito Tributário
Provisão para Créditos em Liquidação	156.123	101.920	-	258.043	106.203
<b>Total das Adições Temporárias</b>	<b>156.123</b>	<b>101.920</b>	<b>-</b>	<b>258.043</b>	<b>106.203</b>

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização:

Projeção de Realização	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Diferença Temporária	11.228	12.712	13.381	14.085	14.826	3.776
<b>Total</b>	<b>11.228</b>	<b>12.712</b>	<b>13.381</b>	<b>14.085</b>	<b>14.826</b>	<b>3.776</b>

**c. Créditos Tributários Não Ativados**

O Banco possui registrados Créditos Tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 37.245, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo 31/12/2012	Realização	Constituição	Saldo 31/12/2013	Crédito Tributário
Provisão p/Créditos em Liquidação	9.663	-	30.767	40.430	16.172
Provisão p/Outros Créditos	26.597	-	4.558	31.155	12.386
Provisão p/Passivos Trabalhistas	4.069	(1.175)	-	2.894	1.158
Provisão p/Ações Cíveis	9.953	(697)	-	9.256	3.702
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/Riscos Fiscais	2.911	-	319	3.230	1.292
Provisão p/Outros Valores e Bens	5.947	(146)	-	5.801	2.406
<b>Total das Adições Temporárias</b>	<b>59.656</b>	<b>(2.018)</b>	<b>35.644</b>	<b>93.282</b>	<b>37.245</b>

**22 - Outras receitas e despesas****22.1 Outras receitas/despesas operacionais:**

Outras receitas operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	23	54	70
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.836	5.408	3.748
Atualização monetária de valores ativos	23	43	63
Atualização monetária de I.R e CSLL a Compensar	68	127	-
Outras - Ações Judiciais	-	-	244
Reversão de provisão - Outros	733	3.951	539
Outros	-	-	2.134
<b>Total</b>	<b>3.683</b>	<b>9.583</b>	<b>6.798</b>

Outras despesas operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Despesas carteira imobiliária	147	1.490	176
Despesas descontos concedidos	28	46	48
Despesas de atualização de impostos e contribuição	596	778	301
Despesas de atualização monetária de valores passivos	200	333	336
Despesas de atualização de ações judiciais	616	2.067	2.563
Despesas de ações judiciais	284	2.603	558
Despesas de FCVS - Ajuste/Refin	440	756	1.018
Despesas de ajustes IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	3.127
Outras	134	159	14
<b>Total</b>	<b>2.445</b>	<b>8.232</b>	<b>8.141</b>

**22.2 Outras receitas/despesas não operacionais**

Outras receitas/ despesas não operacionais	2º semestre 2013	2013	2012
Reversão de provisões não operacionais	23	356	34
Insubstituições passivas	46	51	118
Superveniência Ativa	67	67	31
Lucros em transações com valores mobiliários (a)	30	11.944	56
Rendas de aluguel	35	83	176
Outras receitas não operacionais (b)	826	6.637	1.172
Insubstituições ativas	(350)	(482)	(475)
Superveniências passivas	(70)	(154)	(149)
Roubos por assalto	(1.539)	(2.304)	(370)
Desvalorização de outros valores e bens	-	-	(1.363)
Outras despesas não operacionais	-	-	(225)
<b>Total</b>	<b>(932)</b>	<b>16.188</b>	<b>(995)</b>

**Outras receitas não operacionais**

(a) Em 18 de abril de 2013 a Diretoria financeira do Banco autorizou a venda de 4.000 ações da empresa SERASA do tipo ON, sem valor nominal e foram adquiridas no ano de 1975, conforme abaixo: O valor de R\$ 11.231 refere-se à venda de 4.000 ações da Empresa SERASA do tipo ON, sem valores nominais assim distribuídos:

Valor das Ações	R\$ 11.237
(-) Baixa do registro	R\$ (6)
<b>Total de ganho sobre venda</b>	<b>R\$ 11.231</b>

As ações foram vendidas pelo valor unitário R\$ 2,81 totalizando uma operação de R\$ 11.231, no entanto, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013 essas ações estavam registradas pelo valor de custo, no montante de R\$ 246,00.

(b) Em fevereiro de 2013, o banco registrou crédito previdenciário no valor de R\$ 5.449, decorrente da desoneração (imunidade, isenção ou não incidência) da Folha de pagamento oriundo de contribuições previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2013 o crédito tributário a ser realizado está registrado no ativo pelo valor de R\$2.133 - nota 8 (c).

**22.3 Outras Despesas Administrativas**

Outras despesas administrativas	2º Semestre	2013	2012
Água e Energia	1.840	3.463	3.379
Aluguel	2.183	4.278	3.184
Manutenção e Conservação de Bens	2.348	4.674	5.703
Comunicação	13.065	22.388	16.273
Processamento de Dados	15.406	29.058	27.869
Promoções e Relações Pública	2.924	5.931	3.740
Propaganda e Publicidade	1.652	3.007	1.422
Publicações	-	-	2.264
Serviços de Vigilância e Segurança	11.230	21.135	12.183
Serviço do Sistema Financeiro	3.298	6.177	6.608
Serviço Técnico Especializado	4.539	8.657	4.548
Serviço de Terceiro	8.498	15.168	6.751
Serviço de Transporte	6.303	11.436	17.186
Outras	10.155	19.194	14.558
<b>Total</b>	<b>83.441</b>	<b>154.566</b>	<b>125.668</b>

**23 Outras informações:****23.1 Dividendos:**

No dia 24 de janeiro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado distribuição de dividendos intermediários referentes ao balanço do 1º semestre findo em 30 de junho de 2013. Esses dividendos serão imputados à distribuição do exercício de 2013 e deverão ficar em torno de 40% do lucro líquido apurado, conforme estabelecido no plano de capital do Banco que foi aprovado pela Diretoria colegiada e Conselho de Administração.

**23.2 Medida provisória 627/13**

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória no 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização diante da quantidade de adoções de CPC pelo BACEN.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do Banco do Estado do Pará S.A.  
Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do Banco do Estado do Pará S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.